

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: Pacto Amazônico
Data: 11.05.80 Pg.: 33

A articulação dos Pactos Andino e Amazônico

CARLOS DE MEIRA MATTOS

O Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília a 3 de julho de 1978, por oito países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) representou o coroamento de alentado esforço diplomático. Reuniu num propósito de desenvolvimento internacional as nações participantes da imensa bacia amazônica, compreendendo uma área equivalente a 2/5 partes do território sul-americano e abrangendo a quinta parte da disponibilidade de água doce do mundo.

O critério de tratar as bacias hidrográficas internacionais como unidades geográfico-econômicas revela uma tendência que se vem acentuando nos últimos 50 anos. Na Europa, acordos cooperativos procuraram criar áreas de interesses econômicos comuns no Reno e no Danúbio. Na América do Sul, um mecanismo internacional, criado há mais de uma década e que se vem aperfeiçoando cada ano, busca a integração dos interesses econômicos das nações tributárias da Bacia do Prata.

Quer no sistema transnacional amazônico, quer no platino, foi o Brasil, indiscutivelmente, o campeão da idéia de integração regional. A seriedade e sinceridade de nossa postura não podem ser contestadas, uma vez que do ponto de vista geopolítico, considerando-se o truísmo universalmente aceito de que a colaboração regional ao longo do eixo das grandes bacias fluviais coloca em posição privilegiada a nação que domina a foz oceânica, confrontamos, nós brasileiros, duas situações diametralmente opostas; na regionalização da bacia do Prata não desfrutamos desse privilégio, favorável à Argentina e Uruguai.

Razões ponderáveis militam a favor da importância do Pacto Amazônico para o Brasil. É preciso se ter presente que, das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete se encontram quase integralmente na área drenada pela bacia amazônica; são 12.967 quilômetros de fronteira, ou quase 80% do total de nossa fronteira terrestre, se incluímos toda a linha divisória com a Bolívia que, na sua parte sul, é platina.

Uma das características essenciais do Tratado de Cooperação Amazônica é a sensibilidade de seus negociadores para um dos principais apelos sociológicos do nosso tempo — a consciência ecológica. A importância dos problemas do meio ambiente ali está consignada, na postulação do propósito de equilibrar as necessidades de desenvolvimento com o harmônico equilíbrio ecológico. Neste sentido, amparando tese tão atual, o Pacto Amazônico é o primeiro acordo dessa dimensão multinacional a acolher a moderníssima tese da preservação da natureza.

Implementado o tratado, passará a Amazônia a viver o seu destino de terra de centos. Será a plataforma de conexões com a região platina, com o planalto brasileiro, com as nações andinas e com o grupo das Guianas.

Grande vazio

Desejamos focalizar alguns aspectos que vêm a emprestar ainda maior destaque à nova tentativa de impulsionar o desenvolvimento dessa região pan-amazônica, que, englobando 1/20 da superfície mundial abriga apenas 1/330 de sua população.

Trata-se, sobretudo, de uma imensa área despovoada, de um dos maiores vazios demográficos do mundo, com apenas 1,6 habitante por quilômetro quadrado. Lembra-se que o Estado de São Paulo aloja a densidade populacional de 75 hab./km² e a Inglaterra 227.

Como nos lembra o prof. Armando Dias Menezes, dedicado aos estudos amazô-

cos, "talvez convenha recordar que a Amazônia vem sendo vista, há mais de um século, como uma grande reserva para o desafogo das pressões populacionais de outras áreas do mundo". Informa, em seguida: "o eminente economista Kenneth Boulding, em nota de rodapé, "en passant", referiu-se com a maior tranquilidade — vivia-se então no auge do problema asiático — à possibilidade de transferir-se 200 milhões de asiáticos de diversos países — Vietnã, Coreia, etc. — para a região amazônica".

Conhecemos nós, de sobejo, as antigas intenções científicas da Unesco, através do sempre mal lembrado Instituto Internacional da Hileia Amazônica, assim como o outro projeto recente de internacionalização desse imenso vazio, através do famoso "sistema de lagos amazônicos" de autoria do Hudson Institute, do futurólogo Herman Kahn.

Ante as manifestações de cobiça estrangeira e os perigos de internacionalização sob o pretexto do patrocínio de uma organização mundial, cabe às nações amazônicas buscarmos, em conjunto, uma solução que retire essa área do pauperismo e do atraso.

O Pacto representa um esforço no sentido de conscientizar os países condôminos da região sobre a necessidade de criarem um organismo de cooperação regional, para juntos moverem as alavancas capazes de despertar a Pan-amazônia de seu sono multissecular. Não será possível, nesse esforço hercúleo, abrir mão do capital e da tecnologia dos países mais adiantados do mundo, dos organismos internacionais de suporte financeiro e tecnológico. O que não desejam os países amazônicos é perder a soberania sobre essa região cobiçada sob o pretexto de sua incapacidade para explorá-la. Para isto terão que atuar juntos — mostrar inteligência, colocar de lado suas desconfianças recíprocas e revelar uma verdadeira vontade realizadora.

Os acontecimentos políticos dos últimos anos nos mostram que não há incompatibilidade entre os Pactos Amazônico e Andino, pelo contrário, são complementares. Dos oito países signatários do Pacto Amazônico, somente o Brasil, a Guiana e o Suriname não são andinos. O Suriname não é, nem andino, nem amazônico. Os cinco países do Pacto Andino — Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela são amazônicos; caso o Chile não tivesse se afastado do Pacto Andino, em 1976, por divergências internas sobre o tratamento de capital estrangeiro, seria o único país não amazônico. Esta favorável articulação geográfica e os propósitos integradores comuns aos dois organismos sub-regionais atuaram na consciência dos dirigentes andinos, após terem eles se convencido dos méritos do Pacto Amazônico e resultaram no desejo de entrosar os dois organismos sub-regionais.

Este desejo foi traduzido no convite de que foi portador o ilustre presidente Morales Bermúdez, por ocasião de sua visita a Brasília, em outubro de 1979, para que o chanceler brasileiro participasse da Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Pacto Andino, realizada em Lima, nos dias 16 e 17 de janeiro de 1980.

As sub-regiões geográficas andina e amazônica oferecem uma dissemelhança geográfica essencial na sua estrutura física — os Andes são montanhas, de clima seco e frio, a Amazônia é planície tropical sujeita a chuvas abundantes e inundações cíclicas. Em termos de ocupação humana, veremos mais abaixo, que enquanto uma é medianamente habitada, a outra é um vazio demográfico. Em relação à economia, uma é pobre e a outra paupérrima. O quadro abaixo confirma estas assertivas:

| | Pacto Andino | Pacto Amazônico |
|--|--------------|-----------------|
| Área sub-regional (Km ²) | 2.495.500 | 7.063.000 |
| População sub-regional (milhões) | 66.650 | 11.385 |
| Densidade populacional (hab./Km ²) | 27 | 1,6 |
| PIB (milhões de dólares) | 65.500 | 4.000 |

Obs.: Os números acima representam estimativas e aproximações baseadas em estatísticas oficiais.

A comunidade do Pacto Andino (Tratado de Cartagena, 1969) oferece valores geográficos e econômicos que lhe dão o peso de importância média. Além do mais, há muito petróleo na Venezuela e crescentes reservas vêm sendo levantadas no Equador e Peru. Venezuela e Equador pertencem à Opep. A Bolívia é grande produtor de estanho, o Peru possui imensas reservas de cobre e a Colômbia oferece enormes minas de carvão. Todos têm indústria de manufaturados deficiente e agricultura fraca. A Colômbia compete com o Brasil como 2º produtor de café. Todos anseiam por tecnologia.

A comunidade amazônica, muito mais recente, inicia a busca de mecanismos políticos e econômicos que a vivifiquem. Não é difícil adivinhar-se que ambas as comunidades sub-regionais, dada a continuidade geográfica de suas áreas de atuação, não de encontrar os caminhos para se articularem em benefício comum. Em que pese a Pan-amazônia envolver as áreas mais desabitadas e mais pobres dos seis países participantes, toda iniciativa criadora que se realizar nessa imensa área revelará novas potencialidades ainda não imaginadas. Haja vista o esforço dos últimos 15 anos, levado avante na Amazônia brasileira, a base, essencialmente, de um plano rodoviário e de um projeto de reconhecimento aéreo por meio de sensores (projeto Radam), que trouxe a revelação dos inúmeros recursos potenciais da região, no campo da mineralogia e da agricultura. Este mesmo tratamento tecnológico, aplicado ao reconhecimento da Pan-amazônia, fatalmente, ampliará de muito a visão atual sobre suas possibilidades econômicas.

Diplomacia

Não resta dúvida de que foi o triunfante

O Pacto Amazônico não surgiu para contrapor-se ao Pacto Andino. Pelo contrário, sustenta o general Carlos de Meira Mattos, ambos são complementares. Assim, o Pacto Amazônico representa um esforço no sentido de conscientizar os países condôminos da região sobre a necessidade de, juntos, moverem as alavancas capazes de despertar a Pan-amazônia de seu sono multissecular".

O discurso pronunciado pelo nosso chanceler Ramiro Guerrero por ocasião da primeira Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do Pacto Andino, realizado em Lima, a 16 de janeiro de 1980, caracterizou com clareza a posição brasileira.

Desse discurso extraímos os trechos abaixo:

"Na década de 80, daremos impulso decisivo ao processo de integração regional, com a identificação de variadas formas e modalidades de cooperação, em todos os níveis, e com a

implantação acelerada dos mecanismos que permitirão torná-la uma realidade determinante".

Mais adiante expressa-se o nosso chanceler:

"Os ideais de integração dos países da nossa região são amplos e abertos e seu escopo é nitidamente latino-americano. O Grupo Andino, graças à sua vocação para o diálogo, tem trabalhado nesse sentido! O Brasil considera importante que o espírito de unidade latino-americano seja preservado e té com satisfação que o entendimento, a integração sub-regional

no nível andino e em outros níveis, possa constituir-se num passo em direção ao processo mais amplo de âmbito regional".

Sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, um dos instrumentos de integração sub-regional, assim se refere o Ministro Guerrero:

"É nossa esperança, igualmente, que os signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, seis dos quais se encontram representados nessa Reunião, e mais o Suriname e a Guiana possam, quando aquele instrumento entrar em vigor, encontrar meios e modos práticos de intensificar seus esforços conjuntos em favor do progresso da área econômica. Estamos convencidos que o Tratado terá um quadro institucional que poderá ensejar o pleno desenvolvimento das relações entre os países amazônicos".

Nossa diplomacia, nos últimos anos, reajustou suas linhas estratégicas, passando a emprestar maior importância à política de aproximação com nossos vizinhos continentais. Em curto espaço de tempo este esforço viu-se coroado de êxito. Fortalecemos nossos laços com as nações sul-

americanas, através dos organismos regionais e sub-regionais. No rol dos organismos regionais, mantivemos nosso tradicional apoio e empenho junto à OEA e à Alalac. Mas foi nas associações de estera sub-regional onde mais progrediu nossa diplomacia e posição nestes cinco anos. Conseguimos eliminar certas rivalidades que estavam emperrando o bom entendimento no âmbito do Tratado da Bacia do Prata. Alcançamos, em prazo surpreendentemente curto, mobilizar as nações caudatárias da Bacia Amazônica para um Tratado de Cooperação. E, por último, motivamos nossos vizinhos membros do Pacto Andino para a importância de uma ajustagem com o Brasil, em benefício comum.

Ultimamente, em particular nos anos 78 e 79, as atenções maiores de nossa diplomacia para o continente estiveram voltadas para as formulações e entendimentos relativos aos dois subsistemas setentrionais — Andino e Amazônico. Este, ao que tudo indica, será o ano do Cone Sul, com as visitas presidenciais já iniciadas ou programadas para o Paraguai, Argentina, Uruguai e Chile.